Pesquisa avalia impactos de programa de inclusão digital

Cientista social mapeia resultados de projeto desenvolvido em assentamentos no Estado de SP







Crianças (à esq) e monitoras (centro) no assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, e prédio do Posto do Acessa SP no assentamento Haroldina, em Mirante do Paranapanema (à dir.)

LUIZ SUGIMOTO sugimoto@reitoria.unicamp.br

esquisa de pós-doutorado da cientista social Cátia Regina Muniz avalia os impactos e resultados do programa de inclusão digital Acessa São Paulo, especificamente nos assentamentos de reforma agrária Gleba XV de Novembro, na cidade de Rosana, e Haroldina, em Mirante do Paranapanema. O Acessa São Paulo foi criado pelo governo paulista em 2000, no âmbito da Secretaria de Gestão Pública, com o objetivo de promover o acesso e uso digital em todo o Estado até 2015. O programa é coordenado pela Prodesp - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, com participação do Núcleo de Apoio à Pesquisa Escola do Futuro, da USP.

A primeira fase da pesquisa de Cátia Muniz consistiu na comparação entre o Acessa São Paulo e um projeto semelhante, o CRID - Centros Rurais de Inclusão Digital, cujos impactos e resultados ela também avaliou como pesquisadora no Laboratório de Pesquisa Multimeios da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). "Diante da conclusão de que os agricultores pouco utilizavam os postos do Acessa São Paulo, as monitoras da Gleba XV de Novembro ministraram um curso que os ensinasse a manusear o computador e navegar na internet. A segunda fase é de avaliação deste curso e de outro oferecido em Ilha Solteira, proposta aceita pela Fapesp, que renovou a bolsa por mais um ano", esclarece a autora da pesquisa.

Para seu pós-doc, Cátia Muniz procurou uma iniciativa que tivesse o mesmo foco do CRID, que é voltado exclusivamente para assentamentos, encontrando apenas no Acessa SP os dois postos já mencionados. "A ideia era observar o que mudou na vida dessas pessoas ao obter acesso a computador e in-

ternet, questionando, por exemplo, qual o significado do programa em suas vidas; quem frequenta os postos; tipo de conteúdo acessado; se o programa tem fôlego para efetivamente acabar com a exclusão digital no Estado; se há intenções político-partidárias por trás dele."

A primeira percepção da pesquisadora foi de que, embora ambos os programas se baseassem inicialmente no conceito de telecentro comunitário, buscando envolver a população local nas várias atividades que os postos podem oferecer, o CRID é que teve maior êxito. "No Ceará havia uma proposta pedagógica, convocou-se uma assembleia para explicar a iniciativa à comunidade, que participou de todo o processo de implantação. Já o programa Acessa São Paulo se expandiu muito rapidamente – daqueles dois postos em 2000, hoje são mais de 700 espalhados pelo Estado – e o caráter comunitário se perdeu."

Na opinião de Cátia Muniz, há postos demais para pouquíssimas pessoas na coordenação: quatro gestores da Prodesp e uma equipe da Escola do Futuro auxiliando na capacitação dos monitores. "Falta investimento em recursos humanos. Existe dentro do programa a Rede de Projetos [de fomento a ações comunitárias com uso de tecnologia da informação], mas os monitores poderiam desenvolver projetos melhores se tivessem mais apoio; os dois dias de curso de capacitação oferecidos no programa são insuficientes."

A cientista social considera que o governo está privilegiando os números, ou seja, a quantidade em detrimento da qualidade, inclusive porque o Acessa São Paulo conquistou um prêmio da Bill Gates Foundation no valor de US\$ 1 milhão, exatamente por ter aberto muitos postos em locais de fácil acesso. "Vemos postos onde as pessoas aparecem somente para solicitar um documento e não voltam mais – e isso é contabilizado, assim como todos os acessos e cadastros. Esses postos subutilizados (e os demais) poderiam

voltar a cumprir o papel de centros comunitários, ajudando essas populações em várias situações, como para incrementar o contato entre suas lideranças e desenvolver projetos para crianças e jovens em situação de risco. Mas os monitores precisam ser capacitados para desenvolver tais projetos."

RESISTÊNCIAS

Segundo a autora da pesquisa, o Acessa São Paulo foi implantado sem resistências no assentamento de Haroldina, até porque a líder comunitária participou do processo e promoveu uma discussão com as parceiras, convencendo-as da importância do serviço. Na Gleba XV de Novembro, porém, houve atritos. "A presidente da Organização de Mulheres Assentadas pediu que o Acessa São Paulo dividisse o mesmo prédio com uma organização não governamental que ela levou ao assentamento e que tinha seu filho como monitor. No entanto, o gestor do programa do governo, que havia concordado com a divisão, acabou voltando atrás e a líder se sentiu traída."

A decorrência, observa Cátia Muniz, foi a construção de uma imagem bastante negativa do Acessa São Paulo junto à comunidade da Gleba, com resistência sobretudo dos mais velhos. "Apenas crianças e jovens utilizavam o posto, que acabou se tornando um ponto de lazer para se jogar e acessar redes sociais. Já no Haroldina, no início se percebia adultos e idosos pesquisando o preço do leite e assistindo a vídeos no Youtube, mas na última vez em que lá estive, no início do ano, havia poucos usuários. Isso ficou explicado pelo maior poder aquisitivo no assentamento, onde os pais preferiram comprar o computador e o serviço para ter seus filhos por perto, já que a ida ao posto tinha se tornado pretexto para encontrar os namorados."

Por estar atuando nos dois assentamentos, a pesquisadora participou dos cursos de capacitação e procurou ajudar as monitoras na elaboração de projetos voltados a adultos e idosos. "Pensei em projetos que melhorassem o dia a dia daqueles que trabalham na agricultura e pecuária. Juntamente com a equipe da Escola do Futuro, conseguimos amenizar a resistência na Gleba XV de Novembro, mas a maioria das mulheres acabou desistindo do curso, mediante mil desculpas; não foi possível descontruir a imagem negativa. No Haroldina, as monitoras decidiram por um projeto de artesanato com PET, ideia que não vingou por falta de parceiros para ensinar e fornecer material às mulheres.'

Raízes na terra

A autora da pesquisa constatou que os concluintes dos cursos foram os filhos dos assentados, na faixa entre 30 e 40 anos; e, não sem surpresa, que as informações que eles buscavam não eram ligadas às atividades na terra. "Essas pessoas não gostavam de trabalhar na agricultura e só estavam nela por falta de opção. Como se deslocavam constantemente para as cidades, foram muito influenciadas pelo comportamento urbano e pesquisavam sobre outras atividades que gerassem renda, como revenda de produtos de beleza e confecção de bijuterias e roupas."

Foi nesse meio tempo que Cátia Muniz conheceu a monitora Ana Luiza Xavier, responsável pelo projeto "Mulheres assentadas, mulheres antenadas", desenvolvido em Ilha Solteira e concorrente ao Prêmio Acessa SP 2013 entregue em 9 de outubro. "É um projeto bem parecido ao desenvolvido na Gleba e, a pedido do meu supervisor, fui a Ilha Solteira para fazer com que as lideranças dos dois assentamentos trocassem ideias. Lá, o diferencial é que as mulheres são mais velhas, todas entre 40 e 50 anos, orgulhosas de serem agricultoras. Seus depoimentos dão conta de como a internet ajudou no seu dia a dia, seja na criação das galinhas ou na solução de problemas técnicos surgidos na propriedade."

Outro diferencial apontado pela pesquisadora está na trajetória dessas mulheres, que estão no assentamento de Ilha Solteira há apenas oito anos. "Todas participaram da luta pela terra e vieram de situações extremamente precárias, com os maridos desempregados e chegando a passar fome. Isso fez com que valorizassem mais o trabalho no campo. A Gleba XV de Novembro, por outro lado, existe há mais de 30 anos e as mulheres de segunda e terceira gerações não vivenciaram a luta dos pais e têm uma situação um pouco mais confortável; por isso, não gostam nem veem futuro na agricultura."

A partir de sua experiência, Cátia Muniz pretende contribuir com outras iniciativas, como de ONGs e centros de pesquisa que concordem em financiar seu projeto: a efetivação de telecentros que ofereçam atividades comunitárias e não sirvam apenas como pontos de acesso à internet, mas como pontos de melhoria das condições de vida da população mais carente. "É preciso desenvolver projetos a partir dos diferentes contextos encontrados nas comunidades, o que depende de tempo, dinheiro e de sensibilizar as esferas governamentais de que o serviço é necessário. Investiram alto na montagem dos postos do Acessa São Paulo, mas os recursos são subutilizados, tanto nos assentamentos como nas periferias das cidades."

Na zona rural, maioria não usa computador

Em sua pesquisa de pós-doc, Cátia Muniz explica que o Governo Federal tem defendido o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para o desenvolvimento social, científico, cultural e econômico. As TICs são concebidas como instrumento para a diminuição do "hiato digital", termo que descreve as diferenças socioeconômicas de determinados grupos em relação ao acesso a essas tecnologias, com base em parâmetros como faixa salarial, raça, gênero, idade e localidade geográfica. Considera-se, ainda, o estranhamento que as TICs provocam em pessoas não acostumadas às máquinas e aos conteúdos disponíveis na internet.

Pesquisa divulgada pelo Centro de Estudos sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (Cetic), em 2010, indicou que 39% da população entrevistada na zona urbana tinham computador em seus domicílios, e apenas 12% na zona rural; dessas residências, somente 31% (área urbana) e 6% (área rural) possuíam acesso à internet. Entre todos que responderam ao questionário aplicado pelo Cetic, 52% nunca usaram a internet. Na zona rural, existem 80% de não usuários de computador e 84% de pessoas sem acesso à internet — percentuais que na zona urbana são de 51% e 55%, respectivamente.

Em relação ao Acessa São Paulo, a página do programa informa que, em seus 13 anos de existência, foram registrados mais de 71 milhões de atendimentos gratuitos, mais de 2,6 milhões de usuários cadastrados, 710 postos em funcionamento (191 em implantação), 616 municípios atendidos e mais de 1.200 monitores contratados.



A cientista social Cátia Regina Muniz: "A ideia era observar o que mudou na vida dessas pessoas ao obter acesso a computador e internet"